

O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Rosana Ribeiro¹
Sebastião Cunha²
Marlene M.C. Borges³

O objetivo deste artigo é analisar a partir de dados de uma pesquisa primária, realizada em 2001, o ajuste do mercado de trabalho numa cidade do interior e de médio porte, qual seja, Uberlândia. A pesquisa abrangeu 5.459 famílias e 20.267 pessoas. Os dados dessa amostra foram ampliados para a zona urbana de Uberlândia. Esta investigação permite apreender as especificidades e as semelhanças do ajuste do mercado de trabalho dessa cidade em relação à região metropolitana de Belo Horizonte. A análise desse ajuste centra-se no peso do mercado formal e informal de trabalho na população ocupada e na taxa de desemprego aberto.

O artigo é composto de quatro seções. A primeira seção corresponde a uma resenha crítica do ajuste do mercado de trabalho no país a partir dos anos 90. A próxima seção analisa o mercado formal e informal e a distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação, gênero, rendimento e escolaridade na Cidade de Uberlândia. A terceira seção investiga a taxa de desemprego aberto nesta cidade. Por último, são tecidas algumas considerações finais.

1.1- O ajuste do mercado de trabalho brasileiro a partir de 90.

Na década de 80, rompe-se a trajetória de elevadas taxas de crescimento do PIB inaugurando uma fase de grande instabilidade econômica. A crise da dívida externa eclodiu no início desses anos impondo sérias restrições ao crescimento econômico. Diante das dificuldades do governo brasileiro de assegurar o pagamento dos serviços da dívida externa, dada a escassez de recursos externos e a elevação das taxas internacionais de juros, as autoridades brasileiras optaram pela geração de mega-

¹ Professora adjunta do IE/UFU

² Mestre em Economia IE/UFU

³ Economista do CEPES/IE/UFU.

superávits na balança comercial⁴. Paralelamente, o país praticamente fechou as portas à entrada de importações por meio de um novo reforço às barreiras não-tarifárias. Outro grande problema enfrentado pelas autoridades econômicas foi à inflação do período. A fim de contornar a elevação do nível de preços o governo brasileiro lançou inúmeros planos de estabilização⁵ que redundaram em enormes fracassos.

Entre 1981-83 a economia brasileira enfrentou uma profunda recessão. Nos três anos seguintes (1984/86) ocorreu uma recuperação econômica impulsionada pelo Plano Cruzado. Entre 1987 e 1989, o país mergulhou em uma estagnação. Paralelamente, as oscilações no produto industrial foram mais intensas reforçando a tese de que esse setor, comparativamente as outras atividades econômicas, continua tendo uma influência importante sobre o desempenho cíclico do conjunto de atividades. Assim, na década de 80 prevaleceu um movimento de stop and go no desempenho da economia brasileira.

No início dos anos 90, consolida-se no país o processo de abertura comercial por meio da eliminação de várias barreiras não-tarifárias e de um programa de redução do imposto de importação. A reforma comercial alterou o ambiente competitivo no país expondo as empresas nacionais à concorrência estrangeira.

O diagnóstico dos documentos de política industrial do início dos anos 90 continha a avaliação seguinte: o processo de substituição levou à construção de uma estrutura industrial diversificada e integrada, mas com atraso tecnológico e baixos níveis de eficiência e produtividade. Diante disso, os objetivos de uma nova política industrial seriam, basicamente, modernização e renovação do parque industrial, tendo em vista o aumento da produtividade e da competitividade internacional da indústria. A realização deste objetivo exigia a redução do sistema de proteção, de modo a expor cada vez mais à indústria à concorrência internacional.

Em março de 1990, foi decretada a Medida Provisória (MP) 158 que alterou a política de importação⁶. O Governo Collor implantou no país um processo de abertura

⁴ Os estímulos às exportações foram conferidos através da política cambial de desvalorização e dos incentivos e subsídios fiscais.

⁵ Entre 1980 e 1994, no Brasil foram lançados 9 planos de estabilização.

⁶ A primeira tentativa de reformulação do aparato protecionista foi à reforma aduaneira de 1988. No entanto, o principal instrumento de proteção- as restrições não-tarifárias- foi mantido, o que conferiu à reforma um caráter racionalizante e não liberalizante.

comercial, eliminando barreiras não-tarifárias e estabelecendo um cronograma de redução dos impostos de importação.

A continuação da política de abertura comercial foi assegurada pela negociação da dívida externa, sob iniciativa do Plano Brady. Outro ponto favorável à reforma comercial foi à volta do fluxo de capital internacional de curto prazo ao país, em busca de valorização. No entanto, as tentativas da equipe econômica do Governo Collor de controlar o processo inflacionário não lograram êxito.

As empresas enfrentaram uma abertura comercial associada a forte instabilidade no nível de preços. Segundo Ferraz, Kupfer, Serrano (1997), após décadas operando sob o paradigma da nacionalização a qualquer custo, um número crescente de empresas, a partir da reforma aduaneira, empenhava-se em produzir ao custo mínimo.

A manutenção da incerteza implicou na adoção pelas empresas da estratégia de flexibilidade “sourcing”. Ela significa a possibilidade de se obter uma estrutura produtiva adaptável às variações de demanda, sem elevação nos gastos de investimento. O ajuste produtivo das empresas concentrou-se basicamente em alterações organizacionais. A racionalização produtiva começou por meio de um enxugamento na área administrativa, terceirizando as atividades de apoio, como limpeza e segurança. Em seguida, as empresas promoveram uma redução do nível hierárquico. Segundo dados dos Registros Administrativos e Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 1990, a indústria empregava 5.918.703 trabalhadores, em decorrência da crise econômica, esse número caiu no mês de dezembro de 1992 para 5.146.368.

A partir de 1994, o cenário macroeconômico sofreu novas alterações em consequência do Plano Real, que resultou em um efetivo controle do processo inflacionário. De acordo com Ferraz, Kupfer, Serrano (1997, p.14):

“Entre 1994-1997, o nível de confiança macro cresceu. A estabilização dos preços reduziu o número de cenários no curto prazo, ampliando o horizonte temporal do cálculo econômico das firmas. O efeito renda e o retorno das linhas de crédito, especialmente para aquisição de bens de consumo, expandiram os níveis de demanda. Na área da regulação, a liberalização comercial, a privatização da infra-estrutura e a desregulação aumentaram o espaço para o setor privado”.

No entanto, a valorização cambial ⁷ e as altas taxas de juros mantiveram elevada à incerteza dos agentes econômicos. O saldo da balança comercial passou de US\$ 15.239 milhões em 1992 para um déficit de US\$ 8.372 milhões em 1997. O crescimento das importações⁸ não foi acompanhado por uma elevação significativa das exportações. Esse constrangimento externo limita seriamente a possibilidade de compras de máquinas e/ou equipamentos das empresas nacionais no exterior, necessárias ao processo de modernização produtiva.

Nesse contexto, a estratégia de flexibilidade sourcing foi aprofundada pelas empresas em conjunto com novos elementos do processo de racionalização produtiva. Nas palavras de Ferraz, Kupfer, Serrano (1997, p.15):

“Paralelamente a implementação de estratégias designadas para aumentar as flexibilidades” sourcing “, um conjunto mais complexo de comportamento empresarial estava emergindo: estratégias almejando aumentar a produtividade do capital e das economias de escala e escopo. Elas incluem: realocação espacial, fusões e aquisições, renovação localizada dos equipamentos. Para as firmas essas estratégias implicam flexibilidade da capacidade produtiva e a habilidade para ajustar linhas de produção e níveis de produção para atender mudanças nos padrões de demanda”.

O uso de inovações tecnológicas e organizacionais intensificou-se após a estabilização macroeconômica. As restrições externas, no entanto, limitaram a modernização tecnológica pois à falta de recursos dificultou a importação de máquinas e equipamentos. As empresas adotaram primordialmente inovações organizacionais. As inovações tecnológicas são baseadas na aquisição de máquinas e equipamentos de base microeletrônica e de tecnologias de informação enquanto as inovações organizacionais inspiram-se no modelo japonês. As ferramentas desse modelo seriam: Just-in-time, Kanban, Controle de Qualidade Total, Controle Estatístico do Processo (CEP).

Essas inovações foram introduzidas num contexto de recuperação da atividade econômica iniciada em 1993 chegando ao fim em 1995, quando o país mergulhou novamente numa estagnação. No contexto de recuperação, o emprego na indústria em 1994 atingiu 5.604.338, no entanto o volume de empregos permanecia abaixo do

⁷ Segundo Sabóia, Carvalho (1997), a valorização cambial é traço da política cambial do país desde 1985, mas a partir do Plano Real, ela se aprofundou.

número de emprego do ano de 1990⁹ (RAIS/MTE). Em 1995, o número de empregos gerados pela indústria caiu novamente para 5.384.820. A crise da economia brasileira aprofundou-se nos anos de 1998 e 1999. No último ano, o emprego na indústria reduziu-se para 5.014.367 (RAIS/MTE). A década de 90, tal como a de 80, é caracterizada por movimentos de “stop and go” da economia repercutindo no volume de empregos gerados.

Segundo Rifkin 1996, a introdução de um grupo de inovações na empresa permite a redução do número de empregados e a manutenção ou a elevação do nível de produção. Rifkin (1996), estima que três em cada quatro empregos nos EUA poderão ser automatizados. Segundo o autor, no século XXI, centenas de milhões de trabalhadores serão permanentemente relegados à ociosidade. O autor procura provar sua hipótese com dados contundentes. De acordo com autor, a General Electric, líder mundial na fabricação de produtos eletrônicos, reduziu seu número de funcionários em todo o mundo de 400 mil em 1981 para menos de 230 mil em 1993.

No entanto, não existe nenhuma evidência conclusiva de que as inovações tecnológicas acarretam necessariamente desemprego. Segundo Labini (1993, p.73) deve-se observar as tendências em nível agregado: “ Si la demanda de bienes crece más rapidamente que la productividad media, entonces la demanda de trabajo y lo empleo aumentan: al contrario, si la demanda de bienes crece menos rapidamente que la productividad, o baja, entonces el empleo disminuye”. A evolução do nível de emprego/desemprego depende de um movimento agregado da economia.

Para alguns economistas vários empregos serão destruídos pelas inovações, porém essas perdas poderão ser recompensadas pela ampliação dos postos de trabalho nos novos setores dinâmicos. Atribuir às novas tecnologias a onda de desemprego é certamente algo polêmico. No Japão, um dos principais usuários das novas tecnologias, o emprego total, desde 1980 aumentou cerca de 17% e na União Européia aumentou menos de 2%. Num contexto de rápida acumulação de capital, as inovações podem reforçar um círculo virtuoso de crescimento econômico, criação de emprego e

⁸ As importações passaram de U\$ 20.554 milhões em 1992 para U\$ 61.358 milhões em 1997. O aumento das importações não pode ser explicado pela tímida recuperação da FBCF deve ser em parte também creditado ao aumento do consumo.

⁹ Em 1990, a indústria empregava 5.918.703 trabalhadores.

incremento de produtividade. Se a demanda global é deficiente e a acumulação de capital lenta, o progresso técnico pode elevar o desemprego. No Brasil, a adoção de inovações tecnológicas e organizacionais intensificou-se a partir de 1994, paralelamente ocorreu uma queda do volume de emprego formal na economia. Deve-se ponderar que essas inovações foram introduzidas em um contexto de ausência de crescimento auto-sustentado. A introdução dessas inovações em cenário, onde a produção cresce a frente da produtividade pode contribuir para elevação do volume de emprego.

A política econômica dos anos 90 impôs severos ajustes ao mercado de trabalho nacional. Segundo Pochamann (1998), verifica-se na economia nacional uma deterioração do mercado. Essa deterioração do mercado de trabalho pode se apreendida por meio da ampliação do setor informal, pela elevação do número de desempregado e pelo aumento da duração do desemprego.

Segundo consenso o avanço das relações capitalistas deve resultar na preponderância do emprego tipicamente capitalista-que, neste caso, pode ser grosseiramente representado pelo assalariamento - contraposta a uma menor dimensão do trabalho autônomo-representado pelo trabalhador por conta própria¹⁰. O intenso esforço de industrialização no país, a partir dos anos 50, acarretou uma ampliação do trabalho assalariado. O percentual de assalariados no total das pessoas ocupadas, segundo os dados censitários, em 1950, foi de 49,1%, esse número atingiu 65,3%, no ano de 1980. Nos países industrializados, o percentual de trabalhadores assalariados na distribuição da população ocupada gira em torno de 90% (Pochmann 1998). Certamente, o peso dos assalariados no total da população ocupada no Brasil ainda estava bem distante do valor alcançado nos países desenvolvidos, mas, entre 1950 e 1980, existia no país um movimento em direção a ampliação desse percentual.

Para a década de 90, os dados da Tabela 1.1 apontam uma queda da participação relativa do emprego assalariado no total da população ocupada. O peso dos empregados na população ocupada apresentou uma queda de 65,25%, em 1990, para 62,14%, em 1998. Os assalariados com carteira tiveram sua participação na população ocupada reduzida de 44,84%, em 1990, para 36,01%, em 1998. Em contrapartida, a participação

¹⁰ O trabalhador autônomo ou por conta própria é aquele que, não tendo um empregador fixo, oferece seus serviços sem ter que prestar constas pelas condições em que esses são realizados.

dos empregados sem carteira e militares e funcionários públicos na população ocupada passou de 14,99% e 5,42%, em 1990, para 17,35% e 8,75%, respectivamente, em 1998. Os trabalhadores domésticos representavam, em 1990, cerca de 7,92% da população ocupada, no ano de 1998 esse percentual atingiu 9,08%. O percentual de conta própria na população ocupada também aumentou no mesmo período de 19,99% para 21,03%.

TABELA 1.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idades, ocupadas em atividade não-agrícola, Segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego do trabalho principal 1990/1992/1998.

(%)

	1990 %	1992 %	1998 %
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	100	100	100
Empregados	65,25	62,71	62,14
1-com carteira de trabalho assinada	44,84	38,95	36,01
2-sem carteira de trabalho assinada	14,99	15,17	17,35
Militares e funcionários públicos estatutários	5,42	8,54	8,75
Sem declaração	0,001	0,04	0,02
Trabalhadores Domésticos	7,92	9,37	9,08
1-com carteira de trabalho assinada	1,59	1,64	2,34
2-sem carteira de trabalho assinada	6,33	7,72	6,73
3- sem declaração	0,001	0,01	0,01
Conta própria	19,99	20,80	21,03
Empregadores	4,59	3,93	4,55
Não remunerados	2,25	3,18	2,90
Sem declaração			

Fonte: Pnads-Elaboração própria

De acordo com os dados da Tabela 1.1, as variações no peso dos empregados sem carteira e dos trabalhadores domésticos¹¹ na população ocupada, entre 1990 e 1998, foram maiores que a variação do percentual de trabalhador por conta própria na

¹¹ A taxa de variação no peso dos assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos e trabalhadores por conta própria na população ocupada, entre 1990 e 1998, foi, respectivamente, 15,74%, 14,65% e 5%.

população ocupada. A queda dos assalariados formais foi compensada principalmente pelo significativo crescimento de posições na ocupação (assalariados sem carteira e trabalhadores domésticos) claramente mais precárias.

O peso dos empregadores na população ocupada passou de 4,59%, em 1990, para 3,93%, em 1992. Essa redução pode ser atribuída ao aprofundamento da crise econômica que acarretou a falência de vários empregadores. No ano de 1998, o percentual de empregadores atingiu 4,55%. O crescimento econômico de 1993 a 1995 estimulou a elevação da participação dos empregadores na população ocupada.

O percentual de não remunerados cresceu de 2,25%, em 1990, para 3,18%, no ano de 1992(Tabela 1.1). Entre 1992 e 1998, a participação relativa dos não remunerados na população ocupada caiu. No entanto, seu valor permaneceu em um patamar superior ao do início dos anos 90. Assim, o crescimento econômico, entre 1993 e 1995, não foi capaz de reverter à participação desse segmento na distribuição da população ocupada. A década de 90 é, portanto, marcada pela redução do peso dos assalariados com carteira na população ocupada.

Nos anos 90, o mercado formal¹² de trabalho reduziu-se, de 51,85%, em 1990, para 47,10%, em 1998. As atividades informais¹³, no mesmo período, cresceram de 43,56% para 48,01%.

Ao longo do segundo semestre de 2000 ganhou consistência um processo de reversão da tendência, até então verificada, de o crescimento da ocupação dar-se por meio das atividades informais. Alguns economistas apontaram que um dos aspectos da deterioração do mercado de trabalho, a redução do setor informal, começava-se a se reverter. Entre maio de 1999 e maio de 2000 dos cerca de 820 mil postos de trabalho criados, em torno de 87% foram informais. Padrão totalmente oposto passou a prevalecer na segunda metade de 2000: entre maio e dezembro, enquanto os vínculos com carteira foram acrescidos de cerca 340 mil novos postos, os informais mostraram um decréscimo de 60 mil (Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE). Essa mudança de

¹² O mercado formal compreende as atividades assalariadas desempenhadas dentro do arcabouço institucional legalmente estabelecido pelo Estado, o que inclui os assalariados com carteira, militares e funcionários públicos.

¹³ O mercado informal, neste contexto, inclui os assalariados sem carteira, o trabalhador por conta própria e não remunerados.

padrão da demanda de mão-de-obra pode ser atribuída à evolução positiva da atividade industrial¹⁴, que fez com que o setor atingisse, ao final do ano, níveis recordes de utilização da capacidade instalada. Como a indústria se caracteriza pela maior incidência de vínculos formais, o crescimento do emprego setorial refletiu-se favoravelmente na alteração da composição ocorrida na ocupação total (Boletim de Conjuntura/IPEA, Jan 2001).

A mudança no cenário econômico no ano de 2001 decorrente das altas taxas de juros domésticas, da crise Argentina, da contração da economia americana e dos demais países desenvolvidos somada a eclosão da crise energética se refletiu no número de crescimento das atividades formais. Encerra-se o ano de 2001, com crescimento do número de pessoas trabalhando nos serviços (1,4%) e na indústria de transformação (0,5%) e queda de pessoas trabalhando na construção civil (-2,9%) e no comércio (-0,8%), em relação ao ano de 2000. Por categoria de ocupação, verifica-se crescimento no número médio de empregados com carteira de trabalho assinado (3,7%) e queda no número de empregadores (-7,1) de empregados sem carteira de trabalho assinada (-1,2%) e de pessoas trabalhando por conta própria. A elevação no grau de formalização, expresso pelo aumento de assalariados com carteira de trabalho assinada, no ano de 2001, pode ser parcialmente explicada pelo fato de que a taxa de crescimento da indústria de transformação, segmento tradicionalmente mais formalizado, somente entra em declínio no segundo semestre desse ano.

Constata-se uma elevação no grau de formalização do mercado de trabalho nos anos de 2000/01. A ampliação do número de postos de trabalho formais pode ser explicada pelo contexto macroeconômico favorável que se exaure no segundo semestre de 2001. Outro elemento importante é a preponderância da recuperação do setor industrial na elevação do PIB nacional. O cenário macroeconômico, portanto, é decisivo na alocação e mobilização da força de trabalho.

¹⁴ O crescimento estimado do PIB a preços de mercado em 2000 é de 1,4%, com aumento de 3,8% do PIB a preços básicos. O setor agropecuário teria apresentado taxa de crescimento de 1,8%, em decorrência de um baixo crescimento tanto das lavouras quanto da produção animal. Na indústria, enquanto a atividade manufatureira cresceu 4,9% e a extrativa mineral 10%, a construção civil teria fechado ano com expansão de apenas 2,1%. O setor industrial apresentou taxa de crescimento de 3,7% (Boletim Conjuntural IPEA, Jan 2001).

Segundo a Tabela 1.2, o rendimento médio real dos assalariados com carteira, assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria cresceu, entre 1994 e 1997, respectivamente, 10,52%, 22,29% e 28,84%. De acordo com esses dados, o crescimento no rendimento médio das atividades informais (assalariado sem carteira e conta própria) permaneceu acima do crescimento do rendimento médio das atividades formais (assalariado com carteira). No entanto, a partir de 1998, o ritmo do crescimento do rendimento médio real sofreu uma queda em todas categorias ocupacionais. Em particular, no caso dos trabalhadores por conta própria, entre 1997 e 1998, ocorreu uma queda no rendimento médio real de 4,08%. Os assalariados com carteira assinada permanecem com o rendimento médio real mais elevado em relação às outras categorias ocupacionais.

TABELA 1.2
Renda real média por posição na ocupação

ANO	Assalariado com carteira assinada	Assalariado sem carteira assinada	Trabalhadores por conta própria	Empregadores
1991	697,73	540,25	530,00	1.964,00
1992	615,66	405,98	398,44	1.449,52
1993	685,57	467,89	467,95	1.765,26
1994	685,30	491,64	526,06	2.273,48
1995	702,30	557,67	635,98	2.460,60
1996	746,26	587,57	672,15	2.489,73
1997	757,41	601,24	677,77	2.415,82
1998	758,13	603,52	650,14	2.503,78
1999	725,33	594,62	600,78	2.229,26

Fonte: PME/IBGE

A discrepância no valor dos rendimentos recebidos por mulheres e homens é confirmado pelos dados da PME. No ano de 1999, segundo a PME, as mulheres receberam um rendimento médio real da ordem de 436,40 reais enquanto os homens obtiveram um rendimento médio real em torno de 639,68 reais.

Dentre as diferentes faixas etárias a partir de 15 anos, os jovens recebem as menores remunerações. No ano de 1999, os jovens (de 15 a 24 anos) alcançaram um rendimento médio real de 226,93 reais enquanto os adultos, na faixa etária

compreendida entre 40 e 59 anos, apresentaram o rendimento médio real mais elevado cujo valor atingiu 705,21 reais (PME/IBGE).

As remunerações crescem com a escolaridade. De acordo com os dados da PME, no ano de 1999, os indivíduos com escolaridade entre 0 e 4 anos perfizeram uma remuneração média de 299,15 reais; as pessoas ocupadas, que possuem entre 5 e 8 anos de escolaridade, obtiveram uma remuneração média da ordem de 348,59 reais; os indivíduos ocupados, com escolaridade entre 9 e 11 anos, receberam uma remuneração média real de R\$ 518,08; e por último, aquelas pessoas ocupadas, com mais de 12 anos de escolaridade, receberam uma remuneração média real de 1.334,96 reais.

Ao longo da década de 90, nos momentos de contração da atividade econômica a taxa desemprego aberto elevou-se e no período de retomada do crescimento econômico a taxa desemprego aberto caiu. No entanto, ao final dos anos 90, o país enfrentou mais uma crise econômica, a taxa de desemprego aberto¹⁵ atingiu valores em alguns meses de 1998 acima da taxa desemprego aberto do início dos anos 80 quando o país também atravessou uma grave recessão. Dois fatores podem explicar as elevadas taxas de desemprego aberto do final da década de 90: o primeiro deles seria o provável esgotamento da capacidade absorvedora do setor informal; o segundo pode ser creditado ao pagamento do seguro desemprego que permite a uma parcela da população desempregada permanecer na condição de procurando trabalho por algum tempo.

Em 1999, o Brasil ocupou a terceira posição no ranking mundial do desemprego afinal possuía, segundo os dados das Pnads/IBGE, 7,6 milhões de pessoas desempregadas (Pochamann 2001). No ano 2000, a trajetória da taxa de desemprego aberto¹⁶ foi de queda quase contínua explicada pela recuperação da economia.

Em 2001, apesar do contexto adverso enfrentado pela economia nacional-como a desvalorização do dólar, crise energética e crise Argentina-a taxa de desemprego aberto apresentou uma trajetória de queda permanecendo em torno de 6,82% (PME/IBGE) o que pode ser explicada pela elevação da inatividade. A média de pessoas que ficaram, portanto, fora do mercado de trabalho cresceu significativamente nesse ano.

¹⁵A taxa de desemprego aberto corresponde à razão entre as pessoas desocupadas e as pessoas desocupadas. Segundo a PME, taxa média de desemprego aberto no ano de 1999 foi de 8,25%.

¹⁶ De acordo com a PME, a taxa média de desemprego aberto, no ano de 2000, foi de 7,84%.

A evolução desfavorável do desemprego é agravada pela elevação simultânea da duração do tempo médio na condição desempregado. Na década de 90, o percentual de pessoas desempregadas cuja à duração do desemprego ultrapassa 12 meses cresceu significativamente. Em 1991, cerca 55,53% dos desocupados permaneciam no desemprego entre 0 e 3 meses e por volta de 4,05% deles ficavam mais de 12 meses desempregados. No ano de 1999, em torno de 38,39% dos desocupados ficaram entre 0 e 3 meses desempregados, no entanto 14,70% dos desempregados permaneceram nessa condição mais 12 meses (PME/IBGE). Ao longo da década prevaleceu a tendência de ampliar o percentual do desemprego de longa duração. Essa ampliação é explicada pelas dificuldades de encontrar oportunidades de trabalho.

As diferenças na taxa desemprego aberto por gênero são limitadas (no ano de 1999, essa taxa foi de 8,26% entre as mulheres e 7,03% entre os homens) embora a duração a duração média do desemprego seja bem superior entre as mulheres (10,5 meses) que entre os homens (6,9 meses).

Os jovens (de 15 a 24 anos) apresentam as maiores taxas de desemprego aberto. No ano de 1999, entre os jovens a taxa média de desemprego aberto foi de 16,19%; na faixa etária entre 40 e 59 anos, essa taxa atingiu 4,0% (PME/IBGE).

A taxa de desemprego aberto é mais elevada no meio da população com escolaridade entre 5 e 11 anos. Em 1999, a taxa média de desemprego aberto para indivíduos com essa faixa de escolaridade atingiu um valor de 9,33%; no caso de indivíduos com escolaridade acima de 12 anos, essa taxa foi de 4,04% (PME/IBGE).

Uma dimensão em que as diferenças por gênero são acentuadas no mercado de trabalho é a duração da jornada de trabalho. Enquanto cerca de 30% das mulheres trabalham efetivamente menos de 40 horas, entre os homens esse número chega a apenas 15%. A jornada média semanal entre os homens é de 43,43 horas, para as mulheres essa jornada atinge 38,98. Essa diferença tem um importante impacto sobre o potencial de geração de rendimento das mulheres.

Ao longo dos últimos anos constata-se um quadro de deterioração no mercado de trabalho expresso pela redução dos assalariados sem carteira, pela elevação da taxa de desemprego aberto e pela ampliação do período de duração do desemprego. As exceções, nesse movimento de deterioração, seriam o ano de 2000 e de 2001 quando

ocorreu uma ampliação no grau de formalização do mercado de trabalho e redução na taxa de desemprego. Em que pese o avanço do grau de formalização, a participação do setor informal na absorção de pessoas ocupadas permaneceu acima do setor formal. Essa melhora no mercado de trabalho pode ser explicada pela recuperação do crescimento econômico, com destaque especial para a indústria de transformação. Tal movimento de reversão da precarização do mercado de trabalho somente pode perdurar no tempo se também perdura a retomada do crescimento econômico. A política macroeconômica é decisiva no desempenho do mercado de trabalho. A capacidade de geração de emprego e renda dos governos estaduais e municipais é subordinada a lógica da política econômica do governo federal. O espaço de atuação dos Estados e Municípios na geração de emprego e renda é bastante limitado.

A política econômica nacional dos anos 90 impôs também um severo ajuste ao mercado de trabalho em Minas Gerais e demais Estados. Nesse Estado, ocorreu também um movimento de alocação e mobilização da força de trabalho. A apreensão do ajuste pode ser captada por meio do peso do setor formal e informal e das oscilações da taxa de desemprego aberto na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Na RMBH, em 2001, o setor informal¹⁷ da economia representou 48,14% da população ocupada enquanto o setor formal correspondeu a 46,69% (PME/IBGE). Na região metropolitana mineira assim como no restante do país o setor informal apresenta um peso mais elevado na absorção de pessoas ocupadas. O que é um indicador de precarização do mercado de trabalho.

Segundo a PME/IBGE, a taxa média de desemprego aberto, na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foi de 4,85% em 1996, essa taxa atingiu 8,62% no ano de 1999. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE registrou para 1999 uma taxa de desemprego aberto na RMBH de 11,80%¹⁸. Em 2000, ao contrário da taxa média de desemprego aberto totalizada para as regiões metropolitanas pelo IBGE, na RMBH a taxa média de desemprego aberto elevou-se e atingiu 8,99% (PME/IBGE). Segundo os cálculos da PED/DIEESE, nesse ano, a taxa de

¹⁷ Aqui o setor informal compreende os assalariados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Já o setor formal compreende os assalariados com carteira.

desemprego aberto na região alcançou 11,52%. Apesar da diversidade de valores encontrados pelas duas instituições (IBGE e DIEESE) as duas séries relativas à taxa desemprego aberto seguem a mesma direção. Os dados do IBGE evidenciam com maior intensidade a inflexibilidade da taxa de desemprego aberto da RMBH, em 2000, de acompanhar o movimento de queda da taxa média de desemprego aberto das seis regiões metropolitanas pesquisadas. No ano de 2001, nessa região metropolitana a taxa desemprego aberto, seguiu a tendência de queda dessa taxa nas demais regiões, atingindo 6,81% (PME/IBGE). Essa queda deve-se a ampliação do número de inativos, portanto, uma redução na população economicamente ativa. Em que as especificidades de cada região metropolitana, os dados de desemprego acompanham na maioria das vezes a tendência nacional.

Os dados relativos ao setor formal e informal do mercado de trabalho e da taxa desemprego da RMBH evidenciam que a política macroeconômica impõe um ajuste sobre todo mercado de trabalho em que pese algumas especificidades desse ajuste em alguns Estados e Municípios. Os resultados da pesquisa sobre condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia permite uma compreensão da adaptação do mercado de trabalho dessa cidade a política econômica nacional. Deve-se ter claro que a dinâmica de geração de emprego e renda depende significativamente da opção de política econômica feita pelo Executivo Federal o que limita significativamente a capacidade de geração de emprego e renda pelas autoridades municipais.

1.2- O Mercado de trabalho formal e informal e a distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação, gênero, rendimentos e escolaridade na cidade de Uberlândia.

Segundo Juliano et al (2001), Uberlândia, no ano de 2000, apresenta 500.488 habitantes, tornou-se o terceiro município de Minas Gerais. Trata-se de crescimento basicamente urbano, pois em 1970 quase 90% dos habitantes já estavam urbanizados e desde 1991 a taxa de urbanização é de 97,6%.

¹⁸ A diferença no cálculo da taxa desemprego aberto segundo a PME/IBGE e a PED/DIEESE é explicada pela diversidade da metodologia das instituições. Os conceitos utilizados de população ocupada e população desocupada são bastante distintos afetando, portanto, a taxa de desemprego aberto apurada.

Segundo a Fundação João Pinheiro do Estado de Minas Gerais, em Uberlândia, no ano de 1990, a participação dos setores agropecuário, industrial e de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) foi, respectivamente, 4,07%, 39,80%, e 56,13%. Já, em 1998, a participação dos setores agropecuário e serviços no PIB caiu para 3,31% e 50,99% enquanto o peso do setor industrial atingiu 45,69%. A elevação no peso do setor industrial poderia contribuir para um aumento do número de trabalhadores assalariados com carteira na cidade, pois o setor industrial apresenta geralmente o maior grau de formalização.

De acordo com os dados dos Registros Administrativos e Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, a distribuição do emprego formal segundo os setores da atividade econômica em Uberlândia em toda década de 90 e no ano de 2000, não apresentou alterações significativas. Em 2000, o segmento formal foi responsável por 101.374 empregos. Os setores da atividade econômica que mais absorveram trabalhadores, no ano de 2000, em ordem crescente foram: indústria (15%), comércio (27%) e serviços (46%). Apesar da elevação do peso do setor industrial no PIB da cidade ao longo da década de 90, esse setor não apresentou grandes variações em sua participação no total de trabalhadores empregados no segmento formal. Isto pode ser explicado pela ausência de um crescimento auto-sustentado nesse período. Segundo considerações da seção anterior, quando a produção cresce a frente da produtividade o impacto sobre o emprego pode ser positivo. .

De acordo com a pesquisa de campo, realizada na cidade de Uberlândia em 2001, a População em Idade Ativa¹⁹ corresponde a 348.501 pessoas e a População Economicamente Ativa²⁰ permanece em 229.668. A População Ocupada²¹ compreende 201.139 e a População Desocupada²² atinge 28.529 pessoas. A População Inativa²³ perfaz 154.833 pessoas.

¹⁹ População em Idade Ativa compreende as pessoas com 15 anos ou mais.

²⁰ A População Economicamente Ativa é o somatório das pessoas ocupadas e das pessoas desocupadas.

²¹ A população ocupada é formada por todos que trabalham e recebem remuneração monetária, incluindo também pessoas que trabalharam pelo menos 1 hora na semana anterior à pesquisa, mesmo sem receber remuneração monetária.

²² Pessoas desocupadas são aquelas pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias. Para efeito desta pesquisa, não estão incluídos os aposentados e pensionistas que procuraram trabalho no período.

²³ Pessoas 15 anos ou mais que não têm disponibilidade ou necessidade de trabalhar.

Segundo os dados da tabela 1.3, o mercado formal²⁴ de trabalho na cidade absorve 52,73% das pessoas ocupadas; já o mercado informal²⁵ representa 43,92% das pessoas ocupadas. Os dados PME/IBGE para região metropolitana de Belo Horizonte²⁶, no ano de 2001, confrontados com os dados da pesquisa para Uberlândia apontam nessa região um peso para o mercado formal menor e um peso mais elevado para o mercado informal. As pesquisas realizadas em Uberlândia e a PME/IBGE não são diretamente comparáveis, devido às suas diferenças metodológicas. Ainda assim, é possível estabelecer um quadro geral. Na cidade de Uberlândia, o grau de formalização do mercado de trabalho é mais elevado do que na região metropolitana de BH.

De acordo com os resultados da pesquisa, os títulos ocupacionais mais freqüentes dentre a população ocupada são, em ordem decrescente: vendedor, empregada doméstica, serviços gerais, professor, comerciante, motorista e pedreiro. Alguns desses títulos indicam ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, tais como empregada doméstica, serviços gerais e pedreiro. Quanto às mulheres, os títulos ocupacionais mais citados em ordem decrescente são: empregada doméstica, professor, vendedor, secretária e serviços gerais. No caso das pessoas ocupadas do sexo masculino, os títulos ocupacionais mais freqüentes são em ordem decrescente: motorista, serviços gerais, comerciante, pedreiro, vendedor e professor.

Os assalariados²⁷ representam 58,79% da população ocupada, sendo que os trabalhadores com vínculos trabalhistas²⁸ representam o maior percentual dentre a população ocupada, atingindo 44,47%, enquanto os trabalhadores sem vínculos trabalhistas apresentam uma participação de 14,32%. Outro destaque cabe aos trabalhadores por conta própria, com um percentual de 26,90% da população ocupada.

²⁴ O mercado formal compreende os trabalhadores permanentes com carteira, os trabalhadores temporários com contratos e os funcionários públicos e militares.

²⁵ O mercado informal corresponde aos trabalhadores permanentes sem carteira, trabalhadores temporários em contratos, trabalhadores eventuais e trabalhadores por conta própria.

²⁶ Conforme dados da seção anterior, o mercado informal em BH, no ano de 2001, atingiu 48,14% e o mercado formal permaneceu em 46,69% (PME/IBGE).

²⁷ Os trabalhadores assalariados são os assalariados com carteira de trabalho assinada, os temporários com contrato, os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os temporários sem contrato (somatório = 118.242).

²⁸ Os trabalhadores com vínculos trabalhistas são os permanentes com carteira assinada e os trabalhadores temporários com contrato. Os trabalhadores sem vínculos trabalhistas são os permanentes sem carteira assinada e os temporários sem contrato.

As pessoas ocupadas do sexo feminino apresentam percentuais mais elevados, quando comparadas às pessoas do sexo masculino, apenas nas posições ocupacionais de assalariados permanentes sem carteira assinada e no caso dos funcionários públicos. Considerando que os postos de trabalho sem carteira assinada são mais precários, cabe então às mulheres piores condições de trabalho. Elas se destacam entre os funcionários públicos, em função do grande número de servidores públicos vinculados à área de ensino.

TABELA 1.3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E GÊNERO

Posição na ocupação	F (2)	% (3=2/6)	M (4)	% (5=4/6)	Total (6)	% (7=6/201139)
PCCA	32408	37,64	53664	62,33	86099	42,81
TEMCC	1344	40,24	1995	59,73	3340	1,66
PSCA	13791	51,02	13242	48,98	27033	13,44
TEMSC	649	36,67	1121	63,33	1770	0,88
EMPR	709	26,11	2007	73,92	2715	1,35
CP	16889	31,22	37210	68,78	54099	26,90
TE	1633	30,10	3792	69,90	5425	2,70
FUNC	10298	61,98	6316	38,02	16614	8,26
Ignorado	1821	45,02	2224	54,98	4045	2,01
Total	79542	39,55	121570	60,44	201139	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

F= pessoas do sexo feminino e M= pessoas do sexo masculino. PCCA= Assalariado Permanente Com Carteira Assinada; PSCA= Assalariado Permanente Sem Carteira Assinada; EMPR= Empregador; CP= Trabalhador por Conta Própria; TEMCC= Trabalhador Temporário Com Contrato; TEMSC= Trabalhador Temporário Sem Contrato; TE= Trabalhador Eventual; FUNC= Funcionário Público e Militar.

De acordo com as tabelas abaixo, a maioria da população ocupada distribuída segundo a posição na ocupação concentra-se na faixa de rendimentos entre 0 e 3 salários mínimos, com exceção dos empregadores e funcionários públicos²⁹. Quanto aos empregadores, 21,25% obtém rendimentos acima de 10,01 salários mínimos. No entanto, o percentual de empregadores que não informou seus rendimentos é elevado, correspondendo a 24,38% dentre eles, o que obriga a avaliar os índices com certa

²⁹ Segundo os dados da PNAD de 1999, no Estado de Minas Gerais, 63% da população ocupada recebia entre 0 e 3 salário mínimos.

cautela. No caso dos funcionários públicos, 48,54% recebem acima de 3 salários mínimos. Na faixa de rendimento entre 7,01 a 10,0 salários mínimos, os maiores percentuais da população ocupada segundo a posição na ocupação pertencem aos funcionários públicos (18,73%) e aos empregadores (6,52%).

O percentual de trabalhadores por conta própria, nas faixas de rendimentos acima de cinco salários mínimos, é significativamente mais elevado quando comparado aos percentuais dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada. Os trabalhadores por conta própria, portanto, recebem rendimentos mais elevados que os assalariados; contudo, o percentual de conta própria que não informou seus rendimentos é significativo, 24,93%, o que nos obriga, também aqui, a maior cuidado nas inferências. Os títulos ocupacionais mais citados pelos trabalhadores por conta própria são, em ordem decrescente: comerciante, vendedor, pedreiro, professor, cabeleira, motorista, confeccionista, pintor e manicura, alguns deles indicando ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração.

Em Uberlândia, cerca de 62,54% das pessoas ocupadas recebem entre 0 e 3 salários mínimos o que contribui em parte para explicar o elevado índice de pobreza populacional (Tabelas 1.4 e 1.5). Segundo Gomes et al (2001), dentre as famílias pobres³⁰ prevalece aquelas cujo chefe é um assalariado com carteira assinada. As famílias pobres com chefe sendo assalariados com carteira representam 44,10%; aquelas cujo chefe é trabalhador por conta própria compreendem 22,73%; enquanto as famílias pobres com chefes trabalhadores sem carteira e trabalhadores eventuais representam, respectivamente, 18,80% e 4,96%. A elevada concentração de pessoas recebendo baixos rendimentos está em sintonia com o Estado de Minas Gerais e demais estados. A superação da pobreza local e nacional depende de uma política de renda redistributiva e, portanto, de uma política salarial comprometida com a redução das desigualdades sócio-econômicas. A implementação de tal política, por sua vez, depende significativamente do Executivo Federal deixando reduzidos espaços de ações para as autoridades municipais.

³⁰ A cidade de Uberlândia apresenta um índice de pobreza de 43,3% o que representa uma população de 196.886 pessoas ou 39,9% das famílias. Por volta de 8,9% das famílias estão na indigência.

TABELA 1.4
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Posição na ocupação	Faixas de rendimentos (salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Ignorado	
PCCA	1167	8238	47367	11170	3335	1933	2109	10779	86098
TEMCC	55	442	1725	343	119	64	43	549	3340
PSCA	1702	8388	11465	1534	642	352	183	2766	27032
TEMSC	161	499	791	81			0	239	1771
EMPR	25	43	489	363	379	177	577	662	2715
CP	1600	3993	19127	6739	3655	1861	3639	13484	54098
TE	540	1532	2148	178	19		24	983	5424
FUNC	268	212	5765	2428	1466	3112	1060	2303	16614
Ignorado	417	384	1217	178	86	58	108	1596	4044
TOTAL	5935	23732	90094	23014	9700	7558	7745	33362	201139

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 1.5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS (%)

Posição na ocupação	Participação relativa por faixas de rendimentos (salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Ignorado	
PCCA	1,36	9,57	55,02	12,97	3,87	2,25	2,45	12,52	100,00
TEMCC	1,65	13,23	51,65	10,27	3,56	1,92	1,29	16,44	100,00
PSCA	6,30	31,03	42,41	5,67	2,37	1,30	0,68	10,23	100,00
TEMSC	9,09	28,18	44,66	4,57	0,00	0,00	0,00	13,50	100,00
EMPR	0,92	1,58	18,01	13,37	13,96	6,52	21,25	24,38	100,00
CP	2,96	7,38	35,36	12,46	6,76	3,44	6,73	24,93	100,00
TE	9,96	28,24	39,60	3,28	0,35	0,00	0,44	18,12	100,00
FUNC	1,61	1,28	34,70	14,61	8,82	18,73	6,38	13,86	100,00
Ignorado	10,31	9,50	30,09	4,40	2,13	1,43	2,67	39,47	100,00
TOTAL	2,95	11,80	44,79	11,44	4,82	3,76	3,85	16,59	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme as Tabelas 1.6 e 1.7, grande parte da população ocupada segundo a posição na ocupação possui 1º Grau incompleto (43,25%), ficando as exceções por conta dos empregadores, trabalhadores temporários com contrato e funcionários públicos. Boa parte dos empregadores, 42,86% , possui 2º Grau incompleto ou completo. Quanto aos trabalhadores temporários com contrato, verifica-se que 20,66% possuem 2º Grau completo e 31,71% apresentam curso superior incompleto, completo ou pós-graduação. Dentre as diversas posições na ocupação, os funcionários públicos apresentam o maior percentual (47,25%) de pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação. A baixa escolaridade entre a população ocupada na cidade também está sintonia com o resto do país.

TABELA 1.6
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE

Posição na Ocupação	Sem escol. (1)	1º grau incomp.	1º grau completo	2º grau incomp.	2º grau completo	Superior (2)	Ignorado	Total
PCCA	1740	31739	8554	10324	22495	10411	836	86099
TEMCC	70	811	183	527	690	1059	0	3340
PSCA	1299	13839	2184	3796	3662	2095	158	27033
TEMSC	113	945	157	297	52	205	0	1769
EMPR	63	815	209	211	953	465	0	2716
CP	1797	24655	5182	3952	12068	5730	713	54097
TE	687	3242	358	418	391	228	99	5423
FUNC	229	3084	771	824	3677	7849	179	16613
Ignorado	241	1636	243	206	1044	433	269	4058
TOTAL	6242	80767	17842	20556	45031	28476	2224	201139

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – Sem escolaridade = incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade. (2) – pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

TABELA 1.7
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA
OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE
 (%)

Posição na Ocupação	Sem escol. (1)	1º grau incomp	1º grau completo	2º grau incomp	2º grau completo	Superior (2)	Ignorado	Total
PCCA	2,02	36,86	9,94	11,99	26,13	12,09	0,97	100,00
TEMCC	2,10	24,28	5,48	15,78	20,66	31,71	0,00	100,00
PSCA	4,81	51,19	8,08	14,04	13,55	7,75	0,58	100,00
TEMSC	6,39	53,42	8,88	16,79	2,94	11,59	0,00	100,00
EMPR	2,32	30,01	7,70	7,77	35,09	17,12	0,00	100,00
CP	3,32	45,58	9,58	7,31	22,31	10,59	1,32	100,00
TE	12,67	59,78	6,60	7,71	7,21	4,20	1,83	100,00
FUNC	1,38	18,56	4,64	4,96	22,13	47,25	1,08	100,00
Ignorado	5,94	40,32	5,99	5,08	25,73	10,67	6,63	100,00
TOTAL	3,10	40,15	8,87	10,22	22,39	14,16	1,11	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – Sem escolaridade = incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade. (2) – pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

1.3 – Taxa de desemprego segundo o gênero, a idade e a escolaridade na cidade de Uberlândia

A metodologia adotada na realização de pesquisas de mensuração de Ocupação/Desocupação é objeto de debate entre duas instituições relevantes o Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A taxa de desemprego aberto é calculada por meio da razão entre as pessoas desocupadas e as pessoas economicamente ativas. Segundo o DIEESE, a heterogeneidade do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento exige a necessidade de superar essa metodologia de cálculo do desemprego. Essa instituição propõe o cálculo de duas novas categorias de desemprego. A categoria do desemprego oculto pelo trabalho precário abrange as pessoas, que embora estejam trabalhando de forma efetiva ou potencial, tendo em vista a precariedade do seu trabalho atual. O desemprego oculto pelo desalento refere-se à situação dos indivíduos sem trabalho e com procura potencial de trabalho.

O cálculo da taxa de desemprego aberto dessas instituições apresenta valores diferenciados para a mesma região. A diferença nos cálculos pode ser explicada pelos distintos conceitos de população ocupada e desocupada dessas instituições. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME)³¹ do IBGE³² considera ocupadas aquelas pessoas com ocupação econômica remunerada em dinheiro ou outras formas não monetárias e/ou com ocupação econômica sem remuneração, exercida normalmente, pelo menos durante 15 horas na semana. As pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho na semana de referência e procuraram trabalho no mês de referência.

No caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE³³, no cálculo da taxa de desemprego aberto são consideradas desocupadas as pessoas sem trabalho nos últimos 7 dias e com procura efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista. A população ocupada, por sua vez, compreende os indivíduos que, nos 7 dias anteriores ao da entrevista, possuíam trabalho regular que neste período, exerceram trabalhos irregulares, desde que não tenham procurado mudar de trabalho. Exclui, porém os indivíduos que nos últimos 7 dias exerceram trabalhos de forma excepcional.

A diversidade nos conceitos principalmente da população ocupada nas duas instituições implica em valores distintos para a População Economicamente Ativa (PEA= população ocupada + população desocupada) e, portanto, na taxa de desemprego aberto.

Na presente pesquisa calculamos apenas a taxa de desemprego aberto em função das limitações do questionário aplicado que não permite o cálculo do desemprego por desalento e oculto. A população desocupada, nesta pesquisa, são aquelas pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias. Para efeito desta pesquisa, não estão incluídos os aposentados e pensionistas que procuraram trabalho no período. Aqui, a população ocupada é formada por todos que trabalham e recebem remuneração monetária,

³¹ A partir de setembro de 2001 a PME colocou em campo também um novo questionário apresentando novo conceito de população ocupada. No entanto, os resultados ainda não foram divulgados. Os dados relativos à taxa de desemprego aberto divulgado ainda são baseado nos conceitos definidos anteriormente.

³² A PME é realizada em seis regiões metropolitanas: Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

³³ A PED é realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife, Porto Alegre e São Paulo.

incluindo também pessoas que trabalharam pelo menos 1 hora na semana anterior à pesquisa, mesmo sem receber remuneração monetária.

A taxa desemprego aberto na cidade de Uberlândia foi calculada em 12,42%, a partir das informações obtidas na pesquisa de campo (Tabela 1.8). À guisa de informação, esse patamar é ligeiramente superior ao da taxa de 11,1%, encontrada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade³⁴, para o mês de maio de 2001, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – embora a comparabilidade entre as duas fique prejudicada pelas diferenças nas metodologias utilizadas.

Para as pessoas do sexo feminino, a taxa de desemprego aberto, calculada em 15,80%, resultou maior que para as pessoas do sexo masculino, 10,06% (Tabela 1.8).

TABELA 1.8
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO O GÊNERO
(%)

Gênero	Taxa de desemprego aberto
Feminino	15,80
Masculino	10,06
Total	12,42

Fonte: Pesquisa de campo.

Distribuindo as pessoas de acordo com a escolaridade, constata-se forte diferenciação nas taxas de desemprego (Tabela 1.9). A maior foi encontrada para pessoas com 2º Grau incompleto, 20,8%. Para todos os outros níveis de escolaridade, exceto superior, a taxa variou entre 10,27%, para pessoas sem escolaridade, a 12,93%, para os que possuem 1º Grau incompleto³⁵. E a menor de todas corresponde às pessoas com nível superior (completo, incompleto ou com pós-graduação), 6,23%, devendo ser mencionado, contudo, que essas pessoas não necessariamente estão ocupadas em funções que exigem essa qualificação. Apesar das diferenças metodológicas com outras

³⁴ Segundo a PME/IBGE, a taxa de desemprego aberto, na região metropolitana de BH, no mês de maio de 2001 atingiu 8,4%.

³⁵ Segundo DIEESE (2001) para região metropolitana de BH, em 1999, a taxa de desemprego total foi mais elevado entre as pessoas com segundo grau incompleto (26,0%), seguida das pessoas com primeiro grau incompleto (20,8%). Infelizmente, não existem dados disponíveis para o ano de 2001.

pesquisas de ocupação/desocupação esses números não divergem dos dados encontrados para região metropolitana de BH.

TABELA 1.9
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO ESCOLARIDADE
(%)

Escolaridade	Taxa de desemprego aberto
Sem escolaridade(1)	10,27
1º Grau Incompleto	12,93
1º Grau Completo	11,12
2º Grau Incompleto	20,80
2º Grau Completo	11,97
Superior (2)	6,23

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – incluem os analfabetos, analfabetos funcionais e aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade. (2) – pessoas com curso incompleto, completo ou pós-graduação.

A Tabela 1.10 focalizando segundo a idade, verifica-se que nas faixas etárias de 15 e 24 anos e de 25 a 29 anos encontram-se as maiores taxas de desemprego, respectivamente 22,60% e 12,42%³⁶. A taxa de desemprego para pessoas desocupadas entre 30 a 39 anos ficou em 8,56%. No caso de pessoas na faixa etária entre 40 e 49 anos a taxa atingiu 8,32%. As menores taxas de desemprego estão entre as pessoas cuja idade varia de 50 a 59 (7,72%) e com 60 ou mais anos (3,66%). Aqui, como em demais regiões do país, a taxa de desemprego mais elevada é entre os jovens.

³⁶ Segundo DIEESE (2001), no ano de 1999, a taxa de desemprego total (taxa de desemprego aberto + desemprego por trabalho precário + desemprego por desalento) na região metropolitana de BH mais elevada foi para pessoas compreendidas na faixa etária entre 10 a 24 anos (31.6%). O desemprego juvenil é mais elevado nessa região e nas demais regiões metropolitanas.

TABELA 1.10
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
(%)

Faixas etárias	Taxa de desemprego aberto
15-24 anos	22,60
25-29 anos	12,42
30-39 anos	8,56
40-49 anos	8,32
50-59 anos	7,72
60 anos ou mais	3,66

Fonte: Pesquisa de campo.

1.4-Notas Conclusivas

Confrontando o ajuste no mercado de trabalho na Cidade de Uberlândia e na região metropolitana de Belo Horizonte, em que pese às diferenças metodológicas das pesquisas, chega-se à conclusão de que esse ajuste não apresenta grandes divergências.

O peso do setor formal na cidade, no ano de 2001, ficou ligeiramente acima do peso do setor formal na região metropolitana de Belo Horizonte (BH) conforme os dados da PME/IBGE. Esse aspecto é positivo pois indica um grau de formalidade na contratação da força de trabalho um pouco mais elevado do que na região metropolitana de BH. No entanto, o número de pessoas ocupadas no setor informal na cidade é significativo, permanecendo um pouco abaixo do percentual da região metropolitana de BH.

O percentual de pessoas recebendo entre 0 e 3 salário mínimos na cidade é próximo do percentual indicado pela PNAD/99 para o Estado de Minas Gerais. Esse elevado percentual de pessoas recebendo baixos rendimentos na cidade retrata um quadro de distribuição de renda perverso. A concentração de renda é um elemento relevante para explicar os altos índices de pobreza e indigência na cidade. Segundo Gomes et al (2001), em Uberlândia 39,9% das famílias são consideradas pobres e 8,9% estão abaixo da linha de indigência.

A taxa desemprego aberto na cidade comparado com a taxa da região metropolitana de BH calculada pela PME/IBGE ou PED/DIEESE é mais elevada. O

elevado número de pessoas desocupadas na cidade demonstra que a problemática nacional do desemprego se recoloca na realidade local em forte dimensão.

Ao contrário do que é defendido por vários políticos da cidade o cenário local do ponto de vista do mercado de trabalho apresenta as mesmas dificuldades postas no plano estadual e nacional.

Referências Bibliográficas

DIEESE. (2001). **A situação de trabalho no Brasil.**São Paulo: DIEESE.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; SERRANO, F. (1997). **Macro/micro interactions:** economic and institucional uncertainties and scrtutural change in the brazilian industry. Mimeo.

GOMES, D. C.; NEDER, H.D; SHIKI, S.F.N.; MELO, R. (2001). Indigência e Pobreza em Uberlândia. In: **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia.** IE/UFU.(Relatório de pesquisa).

JULIANO, A. A.; LEME, H.J.C.; BERTOLUCCI JUNIOR, L.; FERREIRA, E. (2001). Dinâmica e Caracterização da População. In: **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia.** IE/UFU.(Relatório de pesquisa).

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO.(Vários anos). Belo Horizonte: DIEESE/Fundação João Pinheiro/SINE.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DOMICILIAR.(Vários anos). Rio de Janeiro: IBGE.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. (Vários anos). Rio de Janeiro: IBGE.

POCHMANN, M. (1998). **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90:** uma análise regional. Mimeo.

RIFKIN, J. (1996). **O fim dos empregos.** São Paulo: Makron Books.

SABÓIA, J.; CARVALHO, P.G.M.(1997). **Produtividade na indústria brasileira:** questões metodológicas e análise empírica. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão, 504).